

# A reflexão conceitual na prática historiográfica

TEREZA CRISTINA KIRSCHNER

*Professora do Departamento de História da  
Universidade de Brasília.*

A idéia de que a pesquisa em arquivos, isto é, a pesquisa de documentos que transmitem informações sobre o mundo empírico, e a pesquisa na área das idéias são campos da prática historiográfica com pouca ou nenhuma relação entre si ainda circula, de forma difusa, em alguns meios acadêmicos. De um lado estariam os pesquisadores de arquivos que se debruçam, pacientemente, sobre documentos; de outro, os historiadores dedicados à reflexão sobre a produção e circulação de idéias<sup>1</sup>. Ou, colocado de outra maneira, de um lado estariam os historiadores sociais preocupados com a recuperação dos acontecimentos do passado e de outro, aqueles voltados para a análise de fontes literárias em sentido amplo, sem preocupação maior com o contexto histórico. Conduzida nesses termos, contudo, a questão desencaminha-se, pois o que está em causa não é um confronto entre análises que contemplam ou abstraem o contexto, e sim o que se entende por contexto.

Sem negar as especificidades desses dois campos da pesquisa historiográfica no que se refere aos objetos e às metodologias utilizadas, este artigo procura chamar a atenção para a relação de complementaridade existente entre ambos. Essa relação tem sido acentuada pelo historiador alemão Reinhart Koselleck em suas reflexões sobre a prática historiográfica. Seu ponto de partida é, de um lado, a historicidade de toda atividade humana e de toda reflexão e, de outro, a articulação de temporalidades específicas e múltiplas que a razão histórica busca apreender. (KOSELLECK, 1985; 1989; 1997).

Koselleck chama a atenção para a importância da análise lingüística e semântica na investigação das variadas dimensões do mundo social em diferentes épocas. Segundo o autor, o estudo dos conceitos e da variação dos seus significados ao longo do tempo é uma condição básica para o

conhecimento histórico. Koselleck denomina História dos Conceitos o procedimento que permite apreender o complexo processo de ressignificações de alguns conceitos ao longo do tempo. Mais do que um método a ser aplicado ou uma disciplina autônoma, a História dos Conceitos seria um instrumento complementar e necessário para a interpretação histórica<sup>2</sup>.

Antes de tratar da complementaridade entre a História dos Conceitos e outras áreas de investigação histórica, objeto deste artigo, é importante examinar alguns aspectos da relação entre história e linguagem. Tanto na pesquisa de natureza arquivística quanto na pesquisa de fontes literárias em sentido amplo, o passado que se quer interpretar - seja na forma de acontecimentos, seja na forma de correntes de pensamento -, chega às mãos do historiador materializado como texto. Ou seja, por meio da linguagem. A diferença entre a história no seu processo de acontecer e a sua elaboração lingüística nunca é superada. São interpretações linguisticamente formuladas que fornecem significado às seqüências transitórias de eventos e idéias do passado. O que aconteceu no passado só é 'real' - retrospectivamente- por meio da *fictio* da linguagem. Entretanto, a linguagem empregada para narrar os acontecimentos - sua estrutura semântica -, apresenta uma relativa estabilidade, o que permite que as mesmas palavras reapareçam em diferentes momentos, relacionadas a experiências distintas no tempo e no espaço.

Este reaparecimento da mesma linguagem, ou de determinados termos, em situações históricas temporalmente distintas advém não apenas da relativa estabilidade da sintaxe e da semântica, mas também do caráter limitado da linguagem quando comparada à multiplicidade e diversidade da experiência humana. Ou seja, o número de palavras disponíveis é limitado, enquanto os conteúdos que podem ser expressos por elas são potencialmente ilimitados. Nesse sentido, a linguagem não apenas armazena experiências como, também, delimita essas mesmas experiências. Elas podem ser formuladas de determinadas maneiras e não de outras.

Assim, considerando-se a relativa estabilidade da linguagem em geral, cada situação discursiva específica pode conter, segundo Koselleck, conceitos com estruturas temporais distintas. Naturalmente não é toda palavra que pode se transformar em um conceito e, portanto, possuir uma história. Os conceitos exigem certo nível de teorização e seu entendimento é, portanto, reflexivo.

A diversidade de significados e temporalidades que um conceito pode conter é o que dá sentido à História dos Conceitos concebida por Koselleck.

Essa diversidade, entretanto, torna a relação entre o conceito e a experiência específica que se quer compreender necessariamente tensa. O significado de um conceito não pode ser alcançado independentemente do seu uso na sociedade e, por isso, deve-se considerar o contexto em que é utilizado e o universo temporal no qual se insere. O recurso a outros textos do período examinado, que possibilitem a construção do contexto histórico no qual se insere aquele determinado conceito, torna-se indispensável. Os conceitos, portanto, não devem ser considerados como um sistema textual autônomo que autoriza um único tratamento em termos de análise de textos, mas sim, relacionados a uma função de explicação historiográfica.

Nessa perspectiva, a história não se reduz a um simples fenômeno de linguagem. Segundo Koselleck, reduzir a história a um fenômeno lingüístico, visto como a última instância da experiência histórica significa admitir que o trabalho do historiador situa-se no puro campo da hermenêutica. Diferentemente da filologia, da teologia e do direito, entretanto, a história não visa extrair uma verdade dos textos, mas, sim, apreender as configurações que permitiram o seu surgimento (KOSELLECK e GADAMER, 1997). O historiador utiliza os textos apenas como testemunhos que lhe permitem aproximar-se de uma realidade passada que se situa além dos textos. Ele tematiza, mais do que outro exegeta de textos, situações extra-textuais, as quais, entretanto, só podem ser construídas por meio da linguagem. Tanto da perspectiva teórica quanto metodológica, a história é, segundo Koselleck, mais do que uma simples ciência filológica do texto.

A importância de se compreender os significados dos conceitos em distintas situações discursivas torna a História dos Conceitos um instrumento teórico relevante que complementa as pesquisas históricas sobre as sociedades em geral. Os diferentes objetivos de pesquisa e a natureza distinta dos textos pesquisados - obras literárias em sentido amplo, documentos oficiais, jornais, manifestos políticos etc. -, que caracterizam diferentes campos de investigação historiográfica, configuram objetos de análise específicos e apresentam estratégias metodológicas próprias, mas não dispensam um trabalho conceitual que remete o historiador para um espaço de experiência circunscrito pela linguagem manifesta nos textos e é esse trabalho que permite a percepção de possíveis mudanças nesse espaço registradas linguisticamente. Entretanto, o ritmo da história no seu acontecer e o da sua construção por meio da linguagem é distinto e pode ocorrer um lapso de tempo entre a mudança em uma

situação histórica e a resignificação provocada em determinados conceitos, possibilitando, assim, a coexistência de significados antigos e novos em um mesmo conceito. Isto acontece especialmente em períodos de mudanças históricas aceleradas.

O trabalho de natureza conceitual aproxima os dois campos de investigação historiográfica mencionados no início, na medida em que a questão dos conceitos é relevante tanto para a pesquisa de fontes literárias quanto para a pesquisa arquivística. Em ambos os casos, o trabalho teórico-conceitual não deve ser visto como um mero apoio situado fora dela mesma. Ao contrário, na pesquisa de documentos de caráter informativo ou de textos literários, a reflexão conceitual imbrica-se no próprio realizar do trabalho de investigação. Nesse sentido, ressaltadas as diferenças de objeto, de objetivos e de fontes examinadas, tanto uma pesquisa sobre, por exemplo, documentos oficiais relativos às práticas de censura no século XVIII, quanto outra sobre idéias filosóficas de um determinado autor, remetem para a necessidade de uma articulação entre a pesquisa das fontes específicas e a reflexão teórico-conceitual.

Em uma investigação sobre a prática da censura no século XVIII, por exemplo, é necessária a compreensão do significado que a palavra censura possuía no período. O cargo de censor no Antigo Regime, além de implicar fidelidade política pressupunha também erudição, pois cabia ao censor não apenas censurar obras que defendessem idéias contrárias à religião e à política monárquica, mas também examinar a sua qualidade literária. O censor deveria ser um leitor atento e qualificado. A palavra censura não possuía o seu significado atual e a associação entre censura e proibição, de um lado, e censura e oposição às idéias modernas não faziam muito sentido na época. No interior do amplo espectro semântico, o sentido mais comum para a palavra censura era o de examinar, dar pareceres, não apenas proibir. Tratava-se de matéria a ser discutida por eruditos preparados para o exame de obras literárias em sentido amplo. Nas monarquias que se pretendiam ilustradas, a censura tinha ainda a função de introduzir as “modernas Luzes do século” ao selecionar textos da *República das letras* para publicação.

Quanto à pesquisa sobre o pensamento de um determinado autor, é por meio da construção do contexto intelectual no qual ele se insere, formado por uma rede de relações significativas entre conceitos, questões e pressupostos, e da investigação do vocabulário compartilhado pela

comunidade intelectual na época, que se pode apreender os conteúdos dos conceitos utilizados na sua obra e, conseqüentemente, verificar sua aproximação ou afastamento de determinadas tradições intelectuais.

A complementaridade entre a História dos Conceitos e outros campos da pesquisa historiográfica é particularmente significativa nas investigações de natureza política a partir do final do século XVIII, quando, apesar da continuidade no uso das mesmas palavras, a linguagem política não só passou por transformações como se articulou à idéia de um ‘tempo novo’. A aceleração do tempo histórico transformou a experiência social e política e também antigos campos de significação. Antigas palavras como democracia, liberdade e Estado passaram a indicar um novo horizonte de futuro e foram conceituadas de maneiras diferentes.

A eclosão da Revolução Francesa provocou uma série de transformações no vocabulário político empregado no final do século XVIII e início do XIX. As mudanças de significado observadas em alguns conceitos refletem o impacto das transformações ocorridas na sociedade e são perceptíveis por meio de uma análise de textos anteriores e posteriores ao período revolucionário. Ao criar uma nova experiência do tempo, marcada pela idéia de ruptura com o passado, a revolução contribuiu para a ressignificação de conceitos antigos e a criação de novos, que tinham os acontecimentos revolucionários como referência. Palavras como antigo regime, poder absoluto e despotismo passaram a ter a revolução como referência e receberam nova carga semântica que lhes atribuiu sentidos diferentes daqueles que tradicionalmente possuíam. No espaço de experiência dos atores sociais, o passado articulava-se a um presente transformado pela revolução que, por sua vez, o interpretava ressignificando antigos conceitos.

Conceitos como despotismo, tirania e governo absoluto passaram a ser usados praticamente como sinônimos e referiam-se a governos arbitrários em geral, embora na tradição política que vinha desde os tempos medievais, ‘governo absoluto’ não significasse necessariamente arbitrariedade ou despotismo. Até mesmo Bodin, considerado o teórico do poder absoluto no século XVI, reconhecia que o poder do soberano era limitado pelos direitos divino e natural e pelos costumes do reino. Seria considerado tirânico o soberano que não respeitasse esses limites. Despotismo, por sua vez, até a eclosão da revolução, era empregado geralmente para designar os governos arbitrários dos impérios orientais.

Os acontecimentos revolucionários na França provocaram a ressignificação desses conceitos, configurando um *regime de historicidade* próprio. (HARTOG, 2003) Observa-se um deslocamento dos seus sentidos que passam, a partir de então, a associar governo absoluto, despotismo e tirania a todos os governos não constitucionais. A história conceitual possibilita detectar as distintas temporalidades existentes em cada um desses conceitos e os novos significados adquiridos e compartilhados no período pós-revolucionário.

Os eruditos da época atentos para essas mudanças no vocabulário político procuravam esclarecer o público leitor com o objetivo de defender a situação anterior à revolução. “É preciso assentarmos por uma vez que poder absoluto não é o mesmo que poder despótico. Os manhosos vis pregoeiros da soberania popular têm querido confundir esses dois termos para embaraçar o povo e conduzi-lo ao ódio e aversão aos reis.” (MARTINS, 1823) As tensões semânticas acompanhavam as tensões que ocorriam na sociedade e a ambigüidade do vocabulário político europeu na primeira metade do século XIX expressa essa situação.

Essa tensão pode ser observada em diferentes tipos de fontes, como textos de filosofia política, periódicos e documentos oficiais. A História dos Conceitos constitui um apoio para a interpretação dessas fontes, ao indicar os deslocamentos de significados de determinados conceitos afastando, assim, os riscos do anacronismo.

Apreender os significados do vocabulário político em períodos de mudanças aceleradas é um desafio para o historiador. A coexistência de antigos e novos significados em determinados termos traduz a velocidade das mudanças no espaço de experiência dos atores sociais e revela, ao mesmo tempo, como as novas situações que rapidamente se sucedem estão sempre submetidas à necessidade imperiosa de subsumir-se à mesma linguagem, ou seja, ao conjunto de palavras disponíveis.

Um exame da cultura política no período da independência do império do Brasil revela os desafios que mudanças aceleradas no espaço político colocam para o historiador e, ao mesmo tempo, a necessidade do apoio da reflexão conceitual.

A liberação da imprensa promulgada nas bases da constituição portuguesa, em março de 1821, propiciou a circulação de livros, jornais e panfletos que assumiram distintas posições em relação aos acontecimentos políticos. Por meio da imprensa, principalmente, foi introduzido um novo

vocabulário político que ao mesmo tempo em que se adaptava aos acontecimentos era transformado por eles. A cultura política que se formava tinha como matriz a ilustração portuguesa e incorporava o novo vocabulário utilizado no movimento constitucional português, muitas vezes ressignificado no Brasil conforme a conjuntura e os interesses em jogo.

Constituição, liberdade, despotismo e igualdade eram conceitos que apareciam em livros, jornais, panfletos, sermões e conversas de rua e botequim. Na tentativa de compreender a cultura política que então se formava, a primeira pergunta que se coloca é: o que significavam essas palavras naquele contexto particular? Qual o sentido do conceito de liberdade em uma sociedade escravista? Que significados eram incorporados a esses conceitos ao serem apropriados naquela sociedade?

Uma primeira leitura, tanto do material divulgado pela imprensa, como de textos produzidos pela elite ilustrada local, não é animadora. Um caminho possível seria simplesmente reproduzir as palavras tais como empregadas na época pelos contemporâneos, o que foi feito na maior parte da historiografia sobre o período. Outro, mais complexo, seria tentar desvendar os significados dos conceitos empregados por meio de uma reflexão de natureza teórica e conceitual. Apenas a análise dos periódicos, por exemplo, seria insuficiente para apreender o sentido dos conceitos políticos naquele contexto. Sua compreensão exige o exame de outros textos, tanto dos pensadores políticos europeus aos quais os periódicos se referem, como daqueles relativos às situações às quais se reportam os conceitos empregados, de forma a permitir compreender como foram apropriados.

É difícil encontrar na imprensa do período discursos coerentemente filiados às correntes do pensamento político europeu. Os eruditos da corte fluminense eram poucos e os textos originais completos relativamente raros. Em geral as obras dos pensadores modernos eram divulgadas em edições resumidas ou fragmentadas e suas idéias eram apropriadas pelos leitores em suas grandes linhas. Conceitos de autores da *República das letras* eram muitas vezes articulados a referenciais tradicionais criando sentidos diversos para as mesmas palavras. Geralmente eram empregados com sentidos muito vagos, adequando-se a interesses de diferentes grupos. Além disso, os discursos veiculados pela imprensa estavam estreitamente relacionados às práticas e aos interesses momentâneos daqueles que os produziam e se transformavam em sintonia com os acontecimentos que rapidamente se sucediam.

Apesar da ligeireza das apropriações, entretanto, as idéias políticas modernas circulavam e autores como Jean-Jacques Rousseau, Montesquieu, Edmund Burke, Bentham e Benjamin Constant eram mencionados nos periódicos. Não importa avaliar se foram bem lidos ou bem compreendidos. Importa ressaltar que algumas de suas idéias, embora com sentidos difusos, foram retidas e a tarefa do historiador é examinar como foram apropriadas e ressignificadas, de maneira a fazer sentido naquele contexto político específico.

O vocabulário político do período da independência não escapa às ambigüidades encontradas no vocabulário europeu no período pós-revolucionário. Além disso, por se inserir em um momento de mudanças rápidas e inéditas, traz à tona a relativa velocidade com que os conceitos políticos eram ressignificados e superados pelo próprio cotidiano.

De conteúdo ainda vago no início do século XIX, o termo liberal, por exemplo, permitia a atribuição de significados distintos. Ainda não era generalizado o seu sentido político, tanto que nos dicionários da época a palavra liberal ainda aparece como sinônimo de dadivoso, aquele que é largo no dar. (SILVA, 1813) Assim, a expressão ‘medida liberal’ utilizada na época podia referir-se tanto à liberação do comércio promulgada em 1808, quanto à aceitação das bases da constituição portuguesa pelo soberano. Na década de 1820 a palavra generalizou-se em oposição aos termos servil ou despótico. O que importa destacar é que esse vocabulário um tanto fluido não se mostrava tão dependente de formulações teóricas estrangeiras. Ao acompanhar de perto os acontecimentos, respondia, de forma prática, às condições específicas da experiência política brasileira na primeira metade do século XIX.

Um estudo da pobreza na Inglaterra no final do século XVIII constitui outro exemplo da necessidade do apoio da reflexão conceitual. Expressão de uma situação social e englobando um conjunto complexo de conceitos, atitudes, valores e crenças, a idéia de pobreza pode ser alcançada por meio de diferentes fontes como registros de comportamento, legislação, tratados econômicos e religiosos, literatura ficcional etc. Só o exame cuidadoso de diversas fontes importantes para os contemporâneos pode dar conta de tamanha complexidade. O estudo da pobreza na época moderna comporta, portanto, distintos recortes, de acordo com o objeto da pesquisa. Qualquer que seja seu objetivo, entretanto, o apoio da história dos conceitos é necessária para a compreensão do significado que o conceito de pobreza possuía para os contemporâneos.



Até as vésperas da revolução industrial a pobreza era essencialmente um fato natural, mas não necessariamente degradante. Ninguém concebia uma sociedade sem pobreza. Ela fazia parte da ordem natural das coisas: da natureza física que era precária e de uma natureza humana frágil e falível. Mas se a pobreza era natural, igualmente natural era a ajuda aos pobres. A caridade privada e voluntária pregada pela religião e os ‘afetos sociais’ inatos em todo ser humano, reafirmados pelos filósofos morais, eram valores que norteavam a relação dos ricos com os pobres. Pobreza e caridade estavam impregnadas de um sentido religioso e a Igreja converteu-se, inevitavelmente, em um instrumento de melhoria da condição dos pobres, além de salvação espiritual.

Aos poucos, a pobreza passou a ficar a cargo do Estado. As leis isabelinas dos pobres do final do século XVI, por mais que tenham sido objeto de críticas e emendas, permaneceram em vigor por três séculos e meio. Faziam parte de uma ‘economia moral’ dos pobres, que foi importante na Inglaterra pré-industrial e também posteriormente, quando se configurava um outro tipo de sociedade. A pobreza era, portanto, uma questão de ordem moral.

No século XVIII Samuel Johnson, autor de firmes convicções religiosas, não duvidava que a pobreza tinha sua fonte e justificativa no pecado original que condenava o homem a trabalhar durante todos os dias de sua vida e comer o pão com o suor de seu rosto. Johnson expressava uma opinião comum na sua época. Embora condição natural, a pobreza era uma desgraça e a sociedade tinha a responsabilidade moral de aliviá-la. A atenção aos pobres era, na opinião deste autor, uma prova de civilização.

No final do século XIX, as categorias morais começaram a perder a supremacia e a ‘responsabilidade social’ passou a substituir a ‘responsabilidade moral’. O conceito de pobreza passou a ficar cada vez mais, embora não completamente, relacionado a causas não morais. Como, então, a pobreza, considerada como algo natural, converteu-se em um problema social a exigir solução urgente? Como conceitos essencialmente morais se integraram às posteriores definições objetivas da pobreza baseadas em emprego e nível de renda?

Observa-se que entre o século XVI e o final do século XIX, o conceito de pobreza não se referia aos mesmos pobres nem à mesma pobreza. O conceito de pobreza em Adam Smith é muito diferente do de Malthus, assim como a pobreza a que se refere a antiga Lei dos Pobres é diferente daquela que se encontra na nova Lei dos Pobres de 1834. Somente um exame rigoroso

de diferentes tipos de fontes pode responder às questões colocadas acima e delimitar o conteúdo que o conceito de pobreza possuía em distintos períodos, bem como detectar quais as experiências que provocaram a sua resignificação.

Esses exemplos mostram em que medida a história de distintas dimensões do mundo social não deve negligenciar os princípios da História dos Conceitos. Na análise da pobreza, do casamento, da cultura política ou de um texto de filosofia existem questões que são impossíveis de apreender sem a interpretação da sua auto designação lingüística.

O que supostamente aconteceu no passado e sofreu transformações não pode ser apreendido imediatamente do vocabulário presente nas fontes escritas. É necessário um trabalho teórico e conceitual concomitante. A História dos Conceitos, ao remeter o historiador a experiências passadas circunscritas pela linguagem, testemunha as inovações que puderam ser registradas.

Nessa perspectiva, é difícil imaginar uma História das Idéias que pretenda ignorar o contexto histórico, se a noção de contexto for tomada na acepção ampla de quadro temporal e circunstâncias culturais registradas de forma lingüística que esclarecem o conteúdo semântico de conceitos religiosos, filosóficos ou políticos. O contexto é sempre construído e demarca o nível de análise de acordo com os objetivos da investigação. Para que as conexões entre os conceitos e o contexto histórico não se reduzam a esquemas de relações mecânicas, sejam estas de ordem causal ou expressiva, é necessário captá-las nos próprios textos. É no horizonte textual, nas articulações particulares de conceitos e argumentos por meio dos quais cada texto reconfigura seus referenciais que se pode apreender os sentidos das experiências relevantes registradas linguisticamente que são importantes para a interpretação.

Da mesma maneira, também seria difícil imaginar uma História Social que não se apóie em uma reflexão teórico-conceitual, ou seja, que utiliza conceitos de forma ingênua, incorrendo, portanto, no risco do anacronismo. Não percebendo as distintas temporalidades presentes nos conceitos, tratando-os como se fossem construções lingüísticas incapazes de inovações de sentido, o historiador limitar-se-ia a reproduzir palavras empregadas na época pelos contemporâneos, tais como aparecem em diferentes documentos informativos, sem apreender as possíveis resignificações a que poderiam estar sujeitas naquele momento, prejudicando, assim, o alcance da interpretação histórica. O risco de acabar projetando no passado, de maneira mecânica, os significados que os conceitos possuem no presente é considerável.

Antes de finalizar, cabem ainda algumas observações. A idéia de que o próprio conhecimento histórico está sujeito ao mesmo processo de movimento que o seu objeto de estudo, ou seja, é histórico, pode levantar a questão do relativismo. Ou seja, a validade do conhecimento histórico é sempre relativa ao tempo, espaço e circunstâncias da sua produção.

Não se pode negar que novas questões e novas interpretações sempre emergem no campo da pesquisa historiográfica. Toda revisão historiográfica ocorre sob pressão de transformações no nível da experiência que levam o historiador a substituir ou suplementar interpretações prévias por novas. Afinal, trata-se de experiências relativas ao agir e pensar humanos e, portanto, sujeitas a transformações. Ao sermos compelidos a vivenciar novas experiências não podemos evitar de ler antigas histórias de uma maneira nova e, assim, revisá-las. Nesse sentido, o processo de revisão da história nasce com a própria escrita da história. Como afirma Koselleck, a história *ex post* só existe enquanto tal na medida em que é escrita, reproduzida e revista. Entretanto, quais explanações históricas são aceitas e seguem sendo reconhecidas como plausíveis depende da decisão de cada historiador no presente e essa decisão deve ser justificada. Essa questão tem a ver com o surgimento de novas questões que não eram contempladas até então. O *status* lingüístico de histórias passadas pode se alterar sem deixar, entretanto, de ser história.

Negar esse tipo de relativismo implicaria defender a existência de uma certeza absoluta, promessa de todo o tipo de idealismo. Relativismo não é sinônimo de ceticismo ou niilismo, diria Koselleck. O conceito de história abarca a idéia de um conhecimento histórico que se reconhece aberto à revisão. A diferença entre nossa experiência da realidade e a linguagem disponível para representá-la é o que associa ao conceito de história a idéia de um processo sem fronteiras delimitadas. Rigorosamente construído, entretanto, o conhecimento histórico oferece uma base estável para lidar com experiências humanas mutáveis.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> O amplo território historiográfico que se designava habitualmente, quer como História das Idéias, quer como História Intelectual, comporta hoje numerosas tendências diferenciadas por opções temáticas, teóricas e estratégias metodológicas. É o caso da

História Social das Idéias, História das Mentalidades, História Social da Cultura, História do Imaginário etc. Da mesma maneira, a tradicional área da História Social abrange hoje várias correntes e, muitas vezes, confunde-se com a denominada História Cultural. Neste artigo empregam-se as noções tradicionais de História Social e História das Idéias para distinguir, respectivamente, perspectivas de análise que privilegiam o estudo de práticas sociais e culturais em sentido amplo, e de correntes de pensamento e tradições intelectuais (KIRSCHNER e LACERDA, 2003).

<sup>2</sup> Quentin Skinner, John Pocock e John Dunn, historiadores filiados à denominada Escola de Cambridge, têm chamado a atenção, desde o final da década de 1960, para a importância da compreensão contextual da linguagem na história do pensamento político. A partir de uma preocupação comum, suas reflexões seguem, entretanto, um rumo distinto daquele desenvolvido por Koselleck. Melvin Richter, recentemente, tem promovido o contato acadêmico entre o contextualismo lingüístico da Escola de Cambridge e a história conceitual alemã, vendo nessa aproximação uma possibilidade futura de síntese positiva (RICHTER, 2006).

## BIBLIOGRAFIA

DUNN, John. *The history of political theory and others essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HARTOG, François. *Regimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

KIRSCHNER, Tereza Cristina & LACERDA, Sonia. Tradição intelectual e espaços historiográficos ou por que dar atenção aos textos. In: LOPES, Marcos (org). *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past*. On the semantics of historical time. Cambridge: The MIT Press, 1985, p. 73-91;

\_\_\_\_\_. Linguistic change and the history of events. In: *The Journal of Modern History*, vol. 6, n.4, dez.1989, p. 649-666.

\_\_\_\_\_. *L'Expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard/Seuil, 1997, p. 101-119.

\_\_\_\_\_. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*, n. 10, 1992, p.134-146.

- \_\_\_\_\_ & GADAMER, Hans-Georg. *Historia y hermenêutica*. Barcelona: Paidós, 1997.
- MARTINS, Luis Gaspar Alves. *Dedicatória apologético-política ao mui alto e mui poderoso Senhor D. João VI*. Lisboa: Imprensa Régia, 1823.
- POCOCK, John G.A. *Politics, language and time. Essays on political thought and history*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.
- RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo G. & FERES JÚNIOR, J. (org). *História dos Conceitos*. Debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC/Rio; Loyola; IUPERJ, 2006.
- SILVA, Antonio Morais. *Dicionário da língua portuguesa, recopilado dos vocabulários impressos até agora*. 2ª ed., Lisboa: 1813.
- SKINNER, Quentin. *Visions of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

**RESUMO:** O artigo trata da importância da análise conceitual na prática historiográfica. De acordo com o historiador alemão Reinhart Koselleck, a área de pesquisa que ele denominou “história dos conceitos” é um instrumento importante para a apreensão das diversas temporalidades contidas nos conceitos históricos.

**ABSTRACT:** This article refers to the importance of the conceptual analysis in the historiographic practice. According to the german historian Reinhart Koselleck, what he calls “history of concepts” is specially important to the sociopolitical terminology and poses a genuine theoretical claim which solution leads to an effective practice of the social history.